



EDUARDO ANTÔNIO DA FONSECA

FILIAÇÃO: Lucinda Miquelina Braga e Joaquim da Fonseca Jr.

DATA E LOCAL DE NASCIMENTO: 23/2/1947, Belo Horizonte (MG)

ATUAÇÃO PROFISSIONAL: estudante

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA: Ação Libertadora Nacional (ALN)

DATA E LOCAL DE MORTE: 23/9/1971, São Paulo (SP)

BIOGRAFIA

Eduardo, desde cedo, era militante político; ligou-se ao Partido Socialista Revolucionário Brasileiro (PSBR) quando ainda era secundarista, em 1968. No ano seguinte filiou-se à Corrente, de Minas Gerais, que, posteriormente, foi incorporada pela Ação Libertadora Nacional (ALN), quando já vivia na clandestinidade em São Paulo. Eduardo era casado com a militante Walderez Nunes Fonseca.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 9 de fevereiro de 1998, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Eduardo Antônio da Fonseca. Posteriormente, em 2004, os processos de Antônio Sérgio de Mattos e de Manoel José Nunes Mendes Abreu, mortos na mesma situação de Eduardo, também foram deferidos. Eduardo foi homenageado na cidade de Belo Horizonte, onde tem uma rua com o seu nome no bairro Serra Verde.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Eduardo foi capturado em uma emboscada no dia 23 de setembro de 1971, quando se encontrava com outros militantes da ALN – Antônio Sérgio de Mattos, Manoel José Nunes Mendes Abreu e Ana Maria Nacinovic Corrêa

– no bairro Sumarezinho em São Paulo. Apenas a guerrilheira Ana Maria Nacinovic conseguiu escapar sem ser presa, vindo a ser assassinada posteriormente, no dia 14 de junho de 1972.

Os órgãos da repressão colocaram na rua um jipe do Exército, aparentemente com problemas, estando os soldados parados à volta portando metralhadoras. Os agentes do DOI-CODI/SP ficaram escondidos em um caminhão baú do jornal *Folha de S.Paulo*. Da ação resultou a morte de três dos quatro militantes, incluindo Eduardo Antônio da Fonseca. A versão oficial registrou que os três militantes morreram no local ao tentar assaltar o jipe.

As requisições de exame necroscópico ao IML foram assinadas pelo delegado do DOPS/SP, Alcides Cintra Bueno Filho, e os laudos necroscópicos são firmados pelos legistas Isaac Abramovitch e Antônio Valentini. Esses documentos já apresentam contradições em relação à versão oficial da morte tendo em vista as diferenças de horários em que teriam sido encontradas as vítimas: Antônio Sérgio e Manoel Mendes teriam sido encontrados mortos às 16h, enquanto Eduardo, foi encontrado às 15h. Os corpos dos três deram entrada no Instituto Médico Legal (IML) às 18h40, apesar do local do suposto tiroteio ser muito próximo à sede do IML. Deve-se registrar que não foi realizada perícia no local, tendo Suzana Keniger Lisboa afirmado durante a 117ª au-

diência da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, realizada no dia 19 de março de 2014, que

houve [...] uma emboscada em que os órgãos de segurança se prepararam para matar, eles se organizaram para matar. E fica mais estranho ainda saber que eles não tenham feito isso de forma contínua, realizando, por exemplo, a perícia de local, mostrando as armas nas mãos de cada um dos militantes [...].

A descrição dos ferimentos no laudo do Instituto Médico Legal (IML) também não entra em acordo com a versão de morte em tiroteio e algumas equimoses e edemas perceptíveis nas fotos não foram descritas. Apesar do laudo de Eduardo identificar dois tiros na região glútea e dois na perna, eles não foram apontados como ferimentos capazes de provocar morte imediata, mas apenas imobilizá-lo. Suzana Keniger Lisbôa, ainda durante a 117ª audiência da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo asseverou que:

o laudo de necropsia descreve quatro tiros nos órgãos inferiores. Ele tem um ferimento no sulco glúteo esquerdo, que depois de fraturar o fêmur e provocar ferimento na artéria femoral, saiu no anteromedial e na coxa esquerda, na parte medial da coxa esquerda. Ele tem escoriações que são mostradas – inclusive uma provocada por raspão de projétil de arma de fogo, mas que a gente não tem foto para ver, que é na fossa ilíaca – tem um ferimento na perna esquerda e tem outro no glúteo direito que transfixou o rim e saiu na região lombar. Tem também contusão no terço superior da perna direita. Segundo, na época, as informações que a gente teve de análise rápida dos legistas, nenhum desses tiros poderia ter causado a morte imediata, a não ser que tenha havido realmente a omissão de socorro. [...] Ele teve dois tiros na região glútea e dois nas pernas. Então, esses disparos já imobilizaram, impedindo a fuga, ou ele foi retirado dali e foi levado para algum lugar, não se sabe.

zaram, impedindo a fuga, ou ele foi retirado dali e foi levado para algum lugar, não se sabe.

O laudo de Antônio Sérgio e de Manoel José também dão margem a questionamentos. Contudo, não foram encontrados dados mais contundentes que confirmem, com precisão, onde os militantes teriam morrido. Apesar disso, a família de Eduardo conseguiu sepultá-lo no Cemitério São Pedro no dia 30 de outubro de 1971.

LOCAL DE MORTE

A versão oficial registra como local de morte a rua João Moura, na altura do nº 2.358, no bairro Sumarezinho em São Paulo (SP). No entanto, baseando-se nos dados extraídos dos documentos encontrados, o local exato de morte.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. CADEIA DE COMANDO DO(S) ÓRGÃO(S) ENVOLVIDO(S) NA MORTE

1.1. DOI-CODI DO II EXÉRCITO

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel

Comandante do II Exército: general de Exército João Bina Machado

Chefe do Estado Maior do II Exército: general de Brigada Henrique Carlos de Assunção Cardoso

Chefe do DOI-CODI do II Exército: coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra

1.2. DOPS/SP

Governador de São Paulo: Laudo Natel
Secretário de Segurança Pública de São Paulo: general Sérvulo Mota Lima
Diretor-Geral do DOPS-SP: delegado Lúcio Vieira

Delegados: Sérgio Fernando Paranhos

Fleury, Ernesto Milton Dias e Josecyr Cuoco
Investigador: Sálvio Fernandes do Monte

1.3. IML/SP

Diretor do IML: Arnaldo Siqueira
Médicos-legistas: Isaac Abramovitch e Antônio Valentini

2. AUTORIA DE GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

NOME	ÓRGÃO	FUNÇÃO	CONDUTA PRATICADA PELO AGENTE	LOCAL DA GRAVE VIOLAÇÃO	FONTE DOCUMENTAL/TESTEMUNHAL SOBRE A AUTORIA
Alcides Cintra Bueno Filho.	DOPS/SP.	Delegado.	Fez o requerimento de exame de corpo de delito informando que as mortes teriam acontecido em tiroteio.	DOPS/SP.	Laudo de exame de corpo de delito de Eduardo Antônio da Fonseca, 12/10/1971.
Isaac Abramovitch.	IML/SP.	Médico-legista.	Falsificação de laudo necroscópico.	IML/SP.	Laudo de exame de corpo de delito de Eduardo Antônio da Fonseca, 12/10/1971.
Antônio Valentini.	IML/SP.	Médico-legista.	Falsificação de laudo necroscópico.	IML/SP.	Laudo de exame de corpo de delito de Eduardo Antônio da Fonseca, 12/10/1971.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. DOCUMENTOS QUE ELUCIDAM CIRCUNSTÂNCIAS DA MORTE

IDENTIFICAÇÃO DA FONTE DOCUMENTAL	TÍTULO E DATA DO DOCUMENTO	ÓRGÃO PRODUTOR DO DOCUMENTO	INFORMAÇÕES RELEVANTES
Arquivo Nacional, CEMDP: R_DFANBSB_AT0_0030_0007, pp. 37-38.	Laudo de exame de corpo de delito, 12/10/1971.	Instituto Médico Legal do Estado de São Paulo (IML/SP).	Contém descrições dos ferimentos de Eduardo que permitem contestar a versão de morte em tiroteio. As fotos anexadas ao documento permitem identificar ferimentos não descritos pelos legistas no laudo.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0030_0007, pp.35-36.	Requisição de Exame, 23/9/1971.	Instituto Médico Legal do Estado de São Paulo (IML/SP).	O documento apresenta a letra “T” em maiúsculo, marca utilizada pela repressão para designar os militantes como terroristas e o n° 4796. Registra o nome correto da vítima e que foi sepultado no cemitério São Pedro.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0030_0007, pp. 39-41.	Reprodução fotográfica de foto do corpo, 23/9/1971.	Instituto Médico Legal do Estado de São Paulo (IML/SP).	Reprodução fotográfica de foto do corpo de Eduardo que permite identificar ferimentos de tortura na vítima.

2. TESTEMUNHOS À CNV E ÀS COMISSÕES ESTADUAIS, MUNICIPAIS E SETORIAIS

IDENTIFICAÇÃO DA TESTEMUNHA	FONTE	INFORMAÇÕES RELEVANTES
Suzana Keniger Lisboa (conselheira e relatora do caso na CEMDP).	Arquivo CNV, 00092.002927/2014-14. 117ª Audiência pública realizada pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. São Paulo, 19 de março de 2014.	Relata as torturas sofridas pela vítima e apresenta algumas informações sobre sua morte.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das circunstâncias do caso e das investigações realizadas, conclui-se que Eduardo Antônio da Fonseca morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Eduardo Antônio da Fonseca, a declaração da condição de anistiado político *post mortem*, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.